

¹ RACIONALIDADE SOCIOAMBIENTAL: utopia ou necessidade?

² Regina Ribeiro de Castro

Resumo

O ser humano vive em um ambiente natural e faz parte dele. Contudo, vem se distanciando do meio natural. Neste estudo, buscou-se compreender, apresentar e discutir questões que envolvem racionalidade socioambiental e desenvolvimento sustentável. Utilizou-se leitura e compreensão de textos que abordavam os assuntos: ambiente, sociedade e tecnologia, com análise qualitativa. As discussões propiciaram a elaboração de tópicos sobre: o capitalismo e desigualdades socioeconômicas; sociedade, alienação e exclusão; a descentralização do poder e gestão participativa dos recursos naturais e o conhecimento, como alternativa de mudanças conceituais e práticas nas relações do homem com o homem e com o meio ambiente. O meio ambiente constitui-se um espaço único a todos os seres vivos e inanimados, necessário a manutenção da vida e promoção de bem estar. E, para tanto é necessário que verdadeiramente se valorize o conhecimento sobre desenvolvimento sustentável, possibilitando a aplicação tecnológica a favor do meio ambiente e da vida.

Linha temática: Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.

Palavras chaves: Sociedade; Meio Ambiente; Política Social.

Introdução

O ser humano vive em um ambiente natural e faz parte dele, assim como todas as estruturas vivas e inanimadas existentes no meio. Assim, existe por parte dos pesquisadores e ambientalistas uma preocupação com a manutenção da vida no presente e num futuro próximo, frente ao grande desgaste dos recursos ambientais ao longo dos anos. Este assunto importante deveria interessar a todos, porém, o que se nota é o descaso com relação à proteção do que resta de meio ambiente. Cada vez mais o homem se distancia do meio natural, vivendo em um universo artificial, sendo seduzido constantemente pelas aceleradas inovações tecnológicas ofertadas no mercado de consumo, o qual utiliza altas frações dos recursos disponíveis. Desse modo, ocorre diminuição do contato entre homem e meio natural, ao ponto do mesmo não conhecê-lo, não valorizá-lo e não protegê-lo como convém. Com a crescente sofisticação tecnológica, associada as relações políticas e econômicas desiguais e excludentes, torna-se imprevisível a reação da natureza frente as ações humanas e imprevisível também a reação humana frente a sua própria espécie (DREW, 2002).

¹ Aguardando designação para publicação na Revista Eletrônica Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/UniEVANGÉLICA/Anápolis/Goias.

² Enfermeira, Especialista em Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem em Cardiologia, Mestranda em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Docente do curso de enfermagem/UNIEVANGÉLICA e Servidora efetiva do Município de Anápolis/Go/SEMUSA.

Somente a partir do conhecimento sobre os efeitos desastrosos da ação humana sobre o meio ambiente, por volta do século do XX, que se iniciou discussões e campanhas mundiais de alerta para os perigos da poluição, diminuição das reservas fósseis, desmatamento e experiências com animais. Atualmente, meio ambiente e sustentabilidade são temáticas de encontros políticos e científicos mundiais, devido à abrangência social, política e econômica da questão, principalmente os efeitos da emissão de gases poluentes na atmosfera terrestre (HEYWOOD, 2010).

Apesar do espaço de convivência humano ser cada vez mais artificial e distanciado da natureza, este depende desta e não pode esquivar-se de contribuir na formação de uma racionalidade social, econômica e ambientalmente respeitosa. Assim, com esse estudo pretende-se compreender, apresentar e discutir questões que envolvem racionalidade socioambiental e desenvolvimento sustentável. Utilizou-se leitura e compreensão de textos que abordaram os assuntos meio ambiente, sociedade e tecnologia. Conceitos importantes relacionados ao tema foram extraídos e formularam discussões com análises qualitativas. Seguindo a proposta de Oliveira (1999, p. 117) quando refere que: “a abordagem qualitativa nos leva, entretanto, a uma série de leituras sobre o assunto de pesquisa, para efeito de apresentação [...], a partir daí, estabelecer uma série de correlações para, ao final, darmos nosso ponto de vista conclusivo”.

Como definição a racionalidade diz respeito à capacidade de raciocinar (AMORA, 2009), sendo este o diferencial que coloca o ser humano como dominador dos recursos que a natureza oferece no meio ambiente. O homem se difere dos outros animais por possuir o polegar opositor e o telencéfalo desenvolvido, o que lhe confere inteligência e capacidade para pensar, agir, criar, produzir etc. (FURTADO, 2009). Contudo, a intelectualidade humana dominadora e sem limites na suas vontades, coloca em risco a existência de várias espécies vivas e naturais, inclusive a sua própria espécie no planeta.

Na evolução humana a busca por melhor acesso a alimentação e espaço para a sobrevivência e subsistência, levou ao início do cultivo agrícola e a posse de melhorais locais para fixação da comunidade e produção. O problema é que a produção para a própria subsistência não fora suficiente para o homem, este usando de sua inteligência cria para si recursos manuais que facilitaram a produção, aumentando também a necessidade de consumo. As indústrias surgem como consequência da evolução na prática produtiva, o que facilitou e intensificou a produtividade e o consumo. Assim, aconteceu o óbvio, o acúmulo de bens e a criação do dinheiro como objeto de troca por mercadorias e serviços. E, quem possui mais bens e dinheiro tem o poder de mandos e desmandos sobre os outros e usufrui legalmente como queira do que possui.

Visando manter a ordem nas negociações produtivas, forma-se o regime político e econômico, inicialmente firmado nas relações autoritárias de poder e depois no Estado, o qual assegura legalmente deveres e direitos públicos e privados (CAMPOS, 2005). No Brasil, o regime político e econômico no qual se vive hoje tem sua origem nas desigualdades socioeconômicas, na exploração da capacidade de produção humana, que por sua vez tem levado a insustentabilidade no modo de viver e fazer humano. Entende-se daí, o motivo do qual a maioria da população brasileira permanece à margem da pobreza, outros em extrema miséria, enquanto, altíssima concentração de renda permanece com poucos. Esse cenário precisa ser mudado, para que isso ocorra é necessário que se pense e se viva a racionalidade socioambiental. Estas são questões que serão discutidas neste estudo, sem esgotar é claro o estudo de pontos relevantes que existem em outros trabalhos científicos, principalmente àqueles que foram citados e que trataram de forma brilhante e detalhada o mesmo assunto.

O capitalismo como foco de origem e manutenção das desigualdades econômicas, sociais e insustentabilidade ambiental

O ser humano se difere dos outros animais por sua inteligência (telencéfalo desenvolvido), pela facilidade no manuseio de objetos, habilidade adquirida no movimento do polegar opositor com os demais dedos da mão. Contudo, mesmo possuindo inteligência deixou de produzir para sua subsistência e passou a produzir para comercialização, o que gerou e tem intensificado o consumismo, as desigualdades socioeconômicas e a degradação ambiental. Na troca de mercadorias por dinheiro, cada sujeito tem por objetivo o lucro (o que antigamente era condenado pela igreja) dessa negociação e o acúmulo de dinheiro. O dinheiro é trocado por produtos e serviços de acordo com a necessidade e vontade do ser humano. Os produtos que para o homem exigente e inteligente não servem de consumo formam os depósitos de lixo (FURTADO, 2009).

Ao lixo é destinado um local geralmente afastado dos grandes centros (setores nobres) e próximo as periferias (setores pobres), onde se encontra o mau cheiro e vários microorganismos que provocam doenças no ser humano (*idem*). As conseqüências envolvidas no pensamento humano de comercialização utilizando o dinheiro não somente como objeto de troca, mas como possibilidade de acúmulo de riquezas, bens e propriedades, cega-o ao ponto de esquecer que existem outros como ele, que vivem em situação de extrema miséria. Percebe-se que o homem não é tão inteligente quanto pensa ser, uma vez que não respeita a vida e o meio em que vive, criando efeito reverso de poluição, doenças e escassez de recursos naturais; talvez não para si próprio no momento, mas para toda geração futura com certeza.

A utilização dos recursos naturais e a degradação ambiental se intensificaram a partir do capitalismo e continua demandando elevada produção industrial e consumo. A industrialização e urbanização, teve como resultado o subdesenvolvimento dos chamados países de Terceiro Mundo, gerando êxodo rural, troca desigual de mercadorias e empobrecimento socioambiental. A exploração dos recursos naturais para a produção industrial em larga escala, rompe com os mecanismos ecológicos e culturais de produtividade sustentável e regeneração dos recursos extraídos. Uma teoria de enriquecimento a qualquer custo, levou a globalização de circulação de capital (dinheiro e produtos), objetivando a satisfação por alta demanda de consumo (LEFF, 2000). Segundo Martins (2007, p. 26) vários estudos mostraram que o “[...] crescimento a qualquer custo é uma receita para o fracasso em algum momento do tempo”.

O capitalismo e o industrialismo estão comprometidos com a idéia de crescimento econômico e para os ecologistas isso está intrinsecamente ligado a origem de destruição do meio ambiente (HEYWOOD, 2010). A busca pelo crescimento econômico exige alta produção e com alta utilização dos recursos naturais, causando contaminação, degradação e exaustão ambiental, colocando em risco a vida de todos e extinção de todas as espécies vivas e recursos naturais na terra.

O capitalismo fortalecido pela institucionalização do Estado de leis e direitos, rege o país e transforma a maioria da população em massa de produção explorada. O trabalhador pobre e assalariado, mediante a exploração e cansaço do dia a dia pouca energia tem para dedicar-se a busca de melhoria na qualidade de vida. Este na maioria das vezes contenta-se com a situação de exclusão financeira, educacional e social a que é condicionado. Questiona-se, como o homem pode sentir seu pertencimento ao meio ambiente e perceber a interdependência entre todos os organismos na natureza, se vive num meio urbanizado com o mínimo para sua subsistência? A proposta de se discutir a racionalidade socioambiental nos remete a uma análise dos princípios éticos de bases materiais (produção, consumo, bens e riqueza), tecnológicos, políticos e sociais levando-nos a pensar numa gestão inclusiva e participativa nos recursos e lucros de produção (LEFF, 2000). O equilíbrio nas relações humanas e naturais, talvez seja o caminho para o exercício de uma racionalidade socioambiental justa à todos que compartilham a vida no mesmo meio ambiente.

Após o capitalismo, com o aumento da produção e comercialização transnacional, surgiram inquietações sobre como avaliar as conseqüências dessa globalização (uma realidade no comércio contemporâneo) sobre o poder social, político e econômico dos grupos menores (países em desenvolvimento e subdesenvolvidos). Nessa dinâmica encontram-se profundas transformações trazidas pelo processo de globalização, em que as pessoas são levadas a atenderem as exigências de

mercado, inserindo-se em um sistema cada vez mais competitivo, seletor e excludente. A globalização interfere no domínio do capital nacional, colocando em risco a capacidade estatal de monitorar e controlar estoques, fluxos e adotar políticas sociais eficazes (SILVER, 2001). Em seus estudos Cordani e Taioli (2003, p. 523) referem que:

A globalização da economia, que atende especialmente aos interesses das corporações transnacionais e dos grandes investidores, acaba pressionando os governos, que de qualquer forma têm de estar inseridos na economia mundial, a estabelecer normas e leis nacionais segundo o ideal neoliberal [...] Torna-se, portanto difícil colocar em prática determinadas políticas públicas e estratégias alternativas de desenvolvimento regional ou nacional que visem a uma melhor distribuição de riquezas.

Com a globalização, objetiva-se crescimento econômico, expansão comercial, domínio do mercado e tecnologia crescente, sem se saber ao certo ou se preocupar verdadeiramente com a consequência dos atos, colocando em risco o meio ambiente, a vida e a soberania política dos países mais pobres.

A sociedade conduzida à alienação e exclusão socioeconômica: nada de sustentabilidade socioambiental

Algo que prejudica a interação homem consigo mesmo, com outros e com a natureza é a intensificada tecnologia e acessibilidade aos produtos de imagem, levando a sociedades a transformações culturais, psicológicas e intelectuais. Nas imagens virtuais, têm-se representações subordinadas aos interesses daqueles que as produzem e comercializam. E, mediante a fascinação do que é visto a pessoa consegue perceber a sua alienação manipulada por interesses econômicos dominantes. Por vezes, pode acontecer inclusive uma substituição do real pelo virtual, produzindo na pessoa uma inversão de representação: “imagem no lugar de objeto, máquinas no lugar do homem, imaginário no lugar do real” (PARENTE in FERREIRA *et. al.*, 1997, p.112). Acredita-se que, a maioria da população é alienada aos modos de vida e interesses divulgados em telenovelas, festas, reality show, futebol, notícias medíocres e outros, em que o mundo real de situações de riscos para a vida e catástrofes naturais, como fome, miséria, doença, violência etc., são pouco mostradas e explicadas e o incentivo à educação é escasso. Desse modo, substituem-se as relações humanas e naturais reais, por uma vida voltada esporadicamente ao real, totalmente influenciada pelas imagens virtuais. Parece haver nisso um sentido humano de fuga da própria existência e miséria (financeira, cultural e social) pelos compulsivos por imagens e jogos virtuais. King (1985) in Shaff (1995, p. 12) refere-se ao assunto afirmando que:

A sociedade da informação pode seguramente fornecer condições propícias para se alcançar a realização pessoal em uma escala sem precedentes. Por outro lado, a menos que se recorra ao empenho e à imaginação para atender às necessidades humanas puramente materiais, podemos facilmente criar o tédio, a alienação e o vazio existencial do qual podem surgir tantos males sociais.

As políticas e práticas humanas do século XXI estão para levar a natureza e a própria humanidade para bem próximo da destruição (HEYWOOD, 2010). Alguns individualistas da elite capitalista marcham rumo à intensa prosperidade econômica, não se importando com o fato de que muitos vivem em condições de miséria, em que as necessidades básicas de alimentação e moradia lhes faltam. Parte da população excluída não vê sua vida como é mostrado nas novelas e filmes de televisão, assim tende a revolta e ao marginalismo. Infelizmente, nos dias de hoje o combate ao marginalismo tem sido realizado por mais violência, ao invés de se investir em educação e qualidade de vida para o povo. Vemos em manchetes cotidianas de jornais histórias de corrupções parasitas, de governantes que pensam apenas em seu bem estar e não se preocupam em estarem prejudicando a vida de muitas pessoas, saqueando recursos financeiros públicos que deveriam ser destinados a efetivação dos direitos básicos constitucionais: educação, saúde, trabalho, proteção à maternidade e a infância, assistência ao desamparados (CAMPOS, 2005). Ao poder político cabe intervir, fazendo-se cumprir verdadeiramente os direitos humanos descritos e garantidos por lei na Constituição Federal de 1988 a todos, mas principalmente àqueles que foram e são desde muito tempo condicionados a exclusão socioeconômica, tendo quase todos os direitos negados decorrentes dessa situação.

Ao cidadão constam como direitos essenciais e constitucionais: renda, alimentação, saúde, habitação e educação. São esses direitos políticos e não beneficência. Contudo, o que se percebe é que o mínimo é acessível à população pobre, não sendo o suficiente para promoção do bem estar e qualidade de vida dessa classe. Situação essa que se originou com a estruturação e formação do estado moderno, ocorrido ao final da idade média, paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo. Tanto o estado moderno, quanto o capitalismo se originaram e movimentaram segundo interesses de mercado, ou seja, segundo os interesses da classe burguesa dominante. A sustentação do poder do Estado e dos interesses burgueses decorre da institucionalização da justiça de direitos públicos e privados. Legalmente, todo o povo é considerado súdito do Estado e participante da soberania deste (*idem*).

Entretanto, quando se avalia a participação do povo quanto à distribuição de renda, observa-se que a repartição é intensamente desigual e até mesmo o básico (alimentação, habitação, saúde e educação de qualidade) para a maioria não é garantido. Conforme dito pelo economista

Cavalcante (2011) em Conferência na 63ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, “sem a equidade socioeconômica é impossível pensar em sustentabilidade ambiental”. Um grande obstáculo encontrado para uma economia socioambientalmente sustentável é o industrialismo, uma superideologia capitalista de exploração de recursos naturais e mão de obra, de consumismo e crescimento econômico (HEYWOOD, 2010).

Onde o crescimento econômico é prioridade, existem anseios de modernidade e desenvolvimento, caminho percorrido em direção oposta ao desenvolvimento sustentável. Crescimento econômico envolve expansão de domínio, acumulação de dinheiro e degradação social e ambiental. Desenvolvimento envolve realização do potencial humano em suas atividades e direitos, proteção e preservação do meio ambiente. Desenvolvimento diz respeito à gente e natureza, não às coisas (CAVALCANTE, 2011).

Descentralização do poder e gestão participativa dos recursos naturais: caminho para a sustentabilidade

A principal causa do esgotamento de recursos naturais veio da exploração intensiva, com base em conhecimentos técnicos e científicos criados para a produção em grande quantidade. Esta é a racionalidade econômica do capitalismo que visa maximizar a produção e benefícios econômicos em curto prazo, desvalorizando em longo prazo o patrimônio ambiental e cultural da população explorada (LEFF, 2000). Segundo o autor citado (p. 225): “a exploração dos recursos naturais continua sujeita a princípios da propriedade privada e as jurisdições do Estado-nação, mais que aos direitos de propriedade e apropriação das comunidades e da sociedade no seu conjunto”.

Atualmente, o Brasil ainda representa no contexto ambiental mundial fonte de grande riqueza natural, porém não inesgotável, necessitando de precaução na utilização e comercialização dos bens naturais (fauna, flora, água, solo), objetivando prevenir a escassez dos mesmos e colocar toda a sociedade em situação de vida muito limitada e até mesmo extinção da espécie humana.

Algo que pode modificar o paradigma das desigualdades socioeconômicas e efetivar a sustentabilidade ambiental, inicia-se pela descentralização da gestão dos recursos naturais. A distribuição territorial das atividades de produção, apropriação e valorização sociocultural das comunidades, permitem a integração e o equilíbrio entre economias regionais e nacionais. Equilíbrio que se reflete em atividades produtivas com processos de trabalho de acordo com a capacidade de cada comunidade, utilização de tecnologia limpa e novas formas de satisfazer as necessidades básicas da população. Desse modo, a autogestão dos recursos naturais locais melhora

a condição de subsistência e existência, conserva o patrimônio natural e cultural local e proporciona modo de vida saudável e ecologicamente sustentável (LEFF, 2000).

Nenhum interesse econômico, em nenhuma circunstância deve estar acima do valor da vida. Uma economia, digamos sustentável, deve ter como propósito satisfazer as necessidades (não as vaidades) humanas. Para tanto, a economia se torna um subsistema da natureza e o homem pertencente ao meio, utiliza tempo e recursos visando à prosperidade compartilhada (CAVALCANTE, 2011). Assim sendo, economia sustentável permite a satisfação das necessidades humanas com equidade, minimizando o uso dos recursos naturais e os impactos ambientais da produção.

A produção de conhecimento como alternativa de mudanças conceituais e práticas, nas relações homem com o homem e com o meio ambiente

Advinda do modo insustentável imposto pela racionalidade econômica e tecnológica surge a racionalidade ambiental, como proposta de sustentabilidade socioambiental. Desenvolvimento socioambiental sustentável diz respeito às ações humanas racionais, com justiça social e precaução na utilização dos recursos naturais, visando satisfazer as necessidades humanas básicas, diminuir as agressões ao meio ambiente e preservar vidas e espécies naturais atuais e futuras na terra (CORDANI E TAIOLI, 2003). No campo das ciências, discussões interdisciplinares sobre situações socioambientais possibilitam a produção de um conhecimento voltado para a necessidade de um todo (meio ambiente e sociedade), representado por sujeitos que conhecem as realidades específicas e diferenciadas do local em que vivem (VIEIRA, 2003).

O conhecimento sobre meio ambiente não é um só, não é absoluto ou um todo estático, mas holístico e dinâmico cujo o anseio é a sustentabilidade da vida. Um estudo do meio ambiente passa pelo território do que se consegue abstrair e pensar racionalmente, partindo-se em busca de uma construção teórica interdisciplinar que inova, reintegra e retotaliza o conhecimento já produzido. Uma visão externa do objeto de estudo leva a questionamentos variados e a abertura de novos horizontes de discussões (LEFF, 2004).

Quando se fala em um diálogo interdisciplinar não significa utilizar saberes fragmentados, mas sim uma reflexão construída em conjunto, por meio de diferentes visões e interpretações do real. Assim, a reconstrução do ser por meio do saber passa pela construção e desconstrução de conhecimento, desobjetivando-o e tornando-o flexível ao diálogo entre os saberes empíricos e científicos (*idem*). Segundo Morin (1999): “[...] a história das ciências não é somente a da

constituição e proliferação das disciplinas, mas também a das rupturas de fronteiras disciplinares, de invasões de um problema de uma disciplina sobre a outra, de circulação de conceitos [...]”. Nas pesquisas socioambientais interesses econômicos deixam de ser prioridades, tornando-se motivos de preocupação científica interdisciplinar a melhoria da qualidade de vida e a preservação da existência atual e futura de todas as espécies vivas e inanimadas no meio ambiente.

Diante da interdependência homem e natureza e da fragilidade nessa relação na atualidade, estudos científicos com discussões interdisciplinares são necessários. Na interação homem e natureza, efeitos ambientais e catástrofes de graus variados, até mesmo imprevisíveis podem acontecer. Daí a necessidade de diálogo entre pesquisadores de diversos campos do conhecimento, uma vez que os causadores dos danos também são de conhecimentos diversos. Um exemplo de estudo rico em conteúdo na área ambiental é o trabalho de campo, que possibilita a visualização da ação humana sobre o meio ambiente. (MARTINS, 2007).

Assim, o que se deve buscar no diálogo entre as ciências é a “consciência ecológica”, conceituada por Morin *apud* Martins (2007, p.25) como: “a consciência de habitar, com todos os seres mortais, a mesma esfera viva”. Para adquirir então essa dita consciência ecológica, o ser humano deve ser visto como parte do meio em que vive, sendo que o ambiente também não pode ser visto de maneira isolada, mas numa visão maior que inclua as interações humanas e seu efeito sobre a natureza.

A racionalidade socioambiental pode transformar ideologias políticas, administrativas e econômicas, levando a criação de novas regras sociais e de forças produtivas para um desenvolvimento sustentável. Cada nação, cada estado, cada comunidade se empenhado por uma gestão socioambiental economicamente sustentável e igualitária possui condições para desmontar a ideologia de consumo de mercado, de tecnologia incessante e degradante dos recursos naturais, fútil por vezes e desnecessária a vida. Gestão socioambiental implica na participação direta e democrática da população no manejo dos recursos naturais e na dialética social de mobilização e inovação cultural (LEFF, 2000). Portanto, incansavelmente é bom divulgar, informar e internalizar em toda a sociedade a conscientização de conceitos integradores no âmbito socioambiental.

Considerações finais

A racionalidade socioambiental não é uma utopia, mas uma necessidade que vai de encontro a preservação do meio ambiente. Com o objetivo de atingir a preservação ambiental o homem deve se autovigiar, tanto nas práticas de produção e consumo dos recursos naturais, quanto

nas grandes negociações de mercado transnacionais. O meio ambiente é um espaço único a todos os seres vivos e inanimados, necessário a manutenção da vida e promoção de bem estar. Para se proteger o que resta de natural e necessário à vida no planeta, a direção percorrida pela economia e tecnologia rumo à gastos (de recursos naturais) cada vez maiores e inovações incessantes; a qual distancia o homem do meio natural, deve ser revertida. Acredita-se que com isso possa existir parcial libertação, ou seja, na medida do possível libertação humana dos modelos sociais, industriais e tecnológicos impostos pelo capitalismo, os quais atualmente a grande maioria da sociedade está condicionada.

Referências

AMORA, A. S. **Minidicionário**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMPOS, F. I. **Ciência Política**: introdução à teoria de Estado. Goiânia: Vieira, 2005.

CAVALCANTE, Clóvis Vasconcelos. Conferência: **Bases Ecológicas da Sociedade e Cidadania**. 13 de julho, 2011. 63ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Cerrado: água, alimento e energia. 10-15 jul. Goiânia, 2011.

CORDANI, Umberto G.; TAIOLI, Fábio. A terra, a humanidade e o desenvolvimento sustentável. In: TEIXEIRA, Wilson *et. al.* (orgs). **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2003. cap. 24. p. 517-528.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Trad. João A. dos Santos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERREIRA, Leila da C (org.) *et. al.* A última versão da realidade. André Parente *in*: **A sociologia no Horizonte do século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 1997.

FURTADO, J. Ilha das Flores, filme completo. SulArte, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KAZhAXjUG28> Acesso 13 de ago. 2011.

HEYWOOD, Andrey. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. Tradução: Janaina Marcoantonio e Mariane Janikian. 1º ed. Cap. 3. UFRJ: Atica, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**. Blumenau: Edifub, 2000.

LEFF, Enrique. **As aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MARTINS, Marcos L. Teoria e método. *In*: MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MORIN, Edgar. Articulação dos saberes. *In*: ALVES, NILDA & GARCIA, Regina Leite (org). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

OLIVEIRA, Silvio Luís de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

SHAFF, Adan. As conseqüências sociais da segunda revolução industrial. Trad. Carlos E. J. Machado e Luiz A. Obojes. 4ª ed. São Paulo: Editora Universidade Paulista: Brasiliense, 1995.

SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, UFRJ, 2001.

VIEIRA, Jane E.; MORAIS, Roberto P. A interdisciplinaridade na abordagem de questões ambientais. jul/dez. 2003. **Comunicação e informação**, v.6, n.2, p.31- 47.